

Interdição é criticada por distritais

A bancada evangélica da Câmara Legislativa reagiu com indignação à decisão do Ministério Público de mandar interditar atividades religiosas no Setor de Diversões Sul (SDS). Adão Xavier (PFL), Peniel Pacheco (sem partido), Marco Lima (PT), César Lacerda (PRN) e Jorge Cauhy (PP) apresentaram moção, aprovada por 14 dos 24 deputados repudiando a atitude do procurador. A moção afirma que "se existe um local que precisa de uma igreja é exatamente o SDS, onde a única cultura consolidada é a das drogas, da prostituição e

do homossexualismo depravado".

Peniel Pacheco lembrou que o ato do Procurador da Justiça dos Direitos do Cidadão, Temístocles de Mendonça Castro, "fere o direito à propriedade e o princípio da liberdade de reunião". Na opinião do deputado, "religião também é cultura, tanto que no mesmo Conic existe um grupo afro-religioso e dele ninguém fala nada".

A religião como "cultura" foi um dos argumentos usados pelos evangélicos para defender a permanência da Igreja Universal do Reino de Deus no local onde, até a semana passada, funcionava o Cine Atlântida. O outro argumento foi o de que o Conic está desvirtuado de suas origens há muito tempo, desde quando passou a ser um ponto de tráfico de drogas, prostituição e homossexualismo.

"Nenhum lugar merece tanto

uma igreja quanto o Conic", disse o deputado João de Deus, que não é evangélico. Ali, segundo ele, está o pecado total, "e se a igreja tiver que sair, que saia também a **bicharada** e vá para o Jardim Zoológico, que é o lugar desta gente", esbravejou. Outro deputado que não é da bancada evangélica, Cláudio Monteiro (PPS), disse que "espaços culturais não se garantem com a intervenção do governo", e que se o cinema foi vendido para uma igreja, é porque não estava dando lucro".

"Que o governo, então, comprehessa casas e as subsidiem, para que elas voltem às suas origens", defendeu. Para o vice-líder do governo na Câmara, não vai ser uma simples mudança de alvará que tornará o Setor de Diversões Sul uma área cultural. É preciso investir mais no local. O deputado Marco Lima disse que a ban-

cada evangélica vai se reunir e propor uma reorientação geral para o Conic, onde as igrejas, de qualquer credo, possam ter lugar também.

Ao final da sessão, a Câmara aprovou moção de repúdio ao ato do procurador Temístocles de Mendonça Castro, sob os protestos do deputado Antônio Cafu, que apontou no documento expressões "mais preconceituosas do que o preconceito religioso" que ele combate.

Entre os parlamentares favoráveis à decisão do Ministério Público, o deputado Rodrigo Rolemberg (PSB) comentou que o SDS, como o nome indica, deve ser reservado para as atividades de diversão, cultura e lazer. Cafu e Miquéias Paz (PC do B), também argumentaram que a portaria do procurador baseia-se no Código de Edificações de Brasília, que precisa ser repensado.